

CAPÍTULO 3

GEOPOLÍTICA

3.1 O BRASIL E O ATLÂNTICO SUL

Na definição do Conceito Estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 2010, o Atlântico Sul não foi incluído como uma área geoestratégica prioritária, mas não se exclui totalmente a possibilidade de sua atuação “onde possível e quando necessário”, caso os interesses dos membros sejam ameaçados. Portugal, nessa discussão, apoiou a Iniciativa da Bacia do Atlântico, que previa a unificação dos oceanos, com incorporação dos assuntos do Atlântico Sul no escopo estratégico da organização.

Em pronunciamento recente, o atual ministro da defesa Nacional, João Gomes Cravinho, observou que “a segurança do espaço euro-Atlântico tem de ser pensada a partir das pontes que o Atlântico permite criar e para as quais Portugal tem um posicionamento privilegiado para contribuir ativamente”.

Dentro desse entendimento, Portugal está criando o Centro para a Defesa do Atlântico (CeDA) na ilha dos Açores. O CeDA tem como objetivo a reflexão, a capacitação e a promoção da segurança no espaço atlântico. O Centro pretende tornar-se um fórum multinacional que contará com a participação de peritos, civis e militares de países localizados na bacia atlântica ou com interesses nesse espaço.

Localizado na ilha Terceira, em parte das instalações de base norte-americana, e em Lisboa, o CeDA deverá focalizar inicialmente as dinâmicas de insegurança no Golfo da Guiné e na África Ocidental, estando, contudo, vocacionado para trabalhar todas as temáticas relevantes para a segurança do Atlântico de norte a sul, de este a

oeste e onde a capacitação no domínio da defesa possa contribuir positivamente. Irá estabelecer parcerias, desenvolver e implementar projetos de capacitação que permitam aos Estados ribeirinhos do Atlântico reforçar as suas capacidades na prevenção, combate e mitigação das ameaças transnacionais, tais como o tráfico de drogas, de seres humanos e de armas, pirataria e assalto à mão armada contra navios, a pesca ilegal, não regulamentada e não declarada. Também a poluição, as alterações climáticas e a resposta de emergência estão na mira; e, numa fase posterior poderão surgir as ameaças cibernéticas, entre outras possíveis a se prevenir. O balizamento conceitual do Centro está ainda em desenvolvimento, com contribuições dos países atlânticos envolvidos, entre os quais o Brasil.

No que concerne às principais atividades do CeDA, para além de projetos de capacitação através de parcerias com a ONU, OTAN, União Europeia, União Africana, entre outros, o Centro trabalhará igualmente na busca, tratamento e análise de informação; na elaboração de estratégias de capacitação e doutrina; na monitorização de ameaças transnacionais; e na implementação de projetos.

O Instituto de Defesa Nacional, em Lisboa, deverá realizar um Seminário para apresentar, discutir e divulgar o CeDA. Esse evento contará com especialistas, nacionais e estrangeiros, civis e militares, que aprofundarão os requisitos e a missão fundamental do Centro e, como estudo de caso, serão analisadas as várias dimensões dos desafios à segurança na região do Golfo da Guiné.

No início de 2020, prevê-se, nos Açores, uma primeira ação de formação de uma rede de peritos internacionalmente reconhecidos, que possam dar continuidade ao trabalho de capacitação junto dos quadros civis e militares, bem como das Forças de Defesa e Segurança dos países do Golfo da Guiné.

Com a constituição do CeDA, Portugal pretende dar corpo à ideia de contribuir para manter o Atlântico como um espaço de paz e segurança internacional e de trabalhar com parceiros atlânticos na identificação de contribuições para esse objetivo.

O Brasil manifestou preocupação porque não foi informado previamente da criação do Centro e pela intenção explicitamente indicada pelo Conselho de Ministros da OTAN de empregar o Centro como plataforma para a Organização e para a União Europeia com vistas à segurança de todo o Atlântico (incluindo o Atlântico Sul, em especial o Golfo da Guiné). O Brasil, nessa região, está presente e desenvolve esforços para o enfrentamento da pirataria.

O Brasil sempre deixou claro sua reserva no tocante às iniciativas que incluam também a Bacia Atlântica e, via de consequência, o Atlântico Sul, como área de atuação da OTAN. O sul do Atlântico é área geoestratégica de interesse vital para o Brasil. As questões de segurança relacionadas às duas metades desse oceano são distintas e devem merecer respostas diferenciadas – tão mais eficientes e legítimas quanto menos envolverem organizações ou Estados estranhos à região.

A Política Nacional de Defesa menciona o Atlântico Sul como uma das áreas prioritárias para a Defesa Nacional e amplia o horizonte estratégico para incluir a parte oriental do Atlântico Sul e a África Ocidental e Meridional. Por essa razão, o Brasil

não deveria ignorar essa iniciativa. Seria de nosso interesse acompanhar de perto a definição de como o Centro vai atuar.

Por outro lado, o governo dos EUA decidiu designar o Brasil como “aliado prioritário extra-OTAN”, elevando a parceria estratégica com os Estados Unidos a um novo patamar de confiança e cooperação. Esse status é conferido a número restrito de países, considerados de interesse estratégico para os EUA, e os torna elegíveis para maiores oportunidades de intercâmbio e assistência militar, compra de material de defesa, treinamentos conjuntos e participação em projetos. Embora não tenha uma relação direta com a OTAN, o novo status do Brasil recomendaria o acompanhamento do que está ocorrendo na Organização.

O ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, esteve em Portugal recentemente e foi informado da criação do Centro. Para manter a prioridade sobre o Atlântico Sul, como previsto na Estratégia Nacional de Defesa, o Brasil deveria participar da criação do Centro e oferecer sua contribuição na definição de suas atribuições e formas de atuação.

3.2 O BRASIL E O MERCADO ESPACIAL GLOBAL

A ratificação pelo Congresso Nacional do Acordo de Salvaguarda Tecnológica (AST) com os EUA torna possível o uso comercial do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. Com isso, ficam viabilizadas significativas perspectivas comerciais para o Brasil entrar em um mercado anual de mais de US\$ 12 bilhões, em especial no de satélites de pequeno porte.

O interesse brasileiro é de tornar possível um centro de lançamento competitivo, o que permitirá a entrada do Brasil no nicho de mercado de satélites de telecomunicações e de meteorologia.

Com a entrada em vigor do acordo, o grande desafio agora será tornar o Centro operativo para lançamento de satélites no prazo mais curto possível. Para tanto, serão necessárias medidas de caráter político para abrir ao Brasil as portas do importante mercado global espacial. A partir de agora, espera-se que o governo federal acelere e complete as mudanças na governança do setor e defina uma estratégia, de longo prazo, que dê previsibilidade para as eventuais empresas interessadas, não só dos EUA, mas de outros países, como a França, Israel e Japão.

Os setores competentes do governo estão trabalhando para acelerar os entendimentos internos e externos para aprovação de propostas que permitam a negociação de contratos comerciais com as empresas externas interessadas. O grande desafio será superar os tramites burocráticos – que ainda dificultam a tomada de decisões – com a rapidez que atenda aos interesses do país.

Dentre as negociações e decisões decorrentes da entrada em vigor do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, cabe mencionar:

Lei Geral do Espaço. Definição do papel das ações civis e militares, bem como das atividades comerciais no espaço, tais como mitigação de detritos espaciais, entre ou-

tros. É relevante ressaltar a importância de consultas com as empresas potenciais parceiras de lançamento para que possam compartilhar as suas ideias sobre medidas que fariam do Brasil um lugar atrativo para investimento versus outras opções (Cazaquistão, Açores etc.). Na legislação deveria estar incluída regulamentação do uso privado de recursos recolhidos no espaço (ex: mineração da Lua), como fizeram nossos concorrentes. EUA, China, Luxemburgo, Nova Zelândia e Emirados Árabes Unidos criaram regras para exploração privada de recursos achados no espaço, com uma clara posição de favorecimento de negócios.

Atualização das regras de lançamento espacial. Para facilitar e acelerar os contratos, deveria ser permitido co-validação de licenças. O reconhecimento mútuo permitiria que empresas que já tiraram licença com a agência (FAA), dos EUA, teriam a sua licença aceita no Brasil, reduzindo por muito a carga burocrática.

Modelo de negócios para uso de Alcântara para lançamento comercial. Uma das definições mais urgentes se refere à negociação dos contratos comerciais para uso do Centro. Quem firmará com a empresa estrangeira? As regras atuais inadequadas para o tipo de negociação com parceiros comerciais externos desaconselha a prática de licitação prevista para qualquer outro contrato. De natureza completamente distinta, se não for encontrada uma fórmula mais desburocratizada, ágil e com segurança jurídica, haveria um grande desincentivo para investidores. Existem algumas opções em discussão, mas o importante seria que os contratos pudessem ser negociados diretamente com as empresas, sem necessidade de licitação.

Infraestrutura. Serão necessários investimentos para que não só lançamentos pequenos, mas também pesados, possam ocorrer no CLA. Isso significa a construção de um porto de porte adequado para acomodar foguetes de qualquer tamanho, e de uma nova estrada, inteiramente dentro do Centro, conectando os vários setores, ampliação da pista e construção de um aeródromo maior e moderno. Para tudo isso, terá de ser resolvido definitivamente a questão fundiária com negociação com as famílias de quilombolas que vivem em parte do território do Centro.

Facilitação de comércio. A conclusão das negociações sobre acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E, em inglês) com o governo de Washington para permitir que os dois governos e as empresas de defesa de ambos lados possam trabalhar em projetos de P&D conjuntos para produtos militares e controlados, como satélites. Existe mais do que US\$ 100 m do lado americano aguardando a conclusão das negociações e a assinatura para poder ser utilizado em projetos conjuntos. Por outro lado, deveria ser proposto ao lado norte-americano um acordo semelhante ao já existente com a Índia para permitir o rápido acesso de empresas brasileiras a equipamentos de uso dual, em particular na área espacial. Deveriam também ser exploradas possibilidades de cooperação e mesmo de propostas de projetos conjuntos no contexto da nova situação do Brasil como aliado preferencial dos EUA extra-Otan. A adesão do Brasil aos acordos multilaterais de controle do Grupo da Austrália (armas químicas) e de Wassenaar (tecnologia de uso dual) também facilitariam o acesso a produtos e a tecnologias sensíveis na área da Defesa.

Na semana passada, estive no Brasil uma missão comercial integrada por seis empresas norte-americanas interessadas na utilização de Alcântara. Depois de visita ao Centro de Lançamento, as empresas mantiveram encontros com autoridades brasileiras em São José dos Campos e reuniões com empresas nacionais para examinar possibilidades de cooperação.

Depois de vinte anos de atraso, governo e setor privado deveriam superar problemas burocráticos menores e acelerar as decisões para permitir que o Brasil possa competir com sucesso no mercado global espacial. A atual janela de oportunidade tem de ser aproveitada, antes que as tensões EUA-China transbordem para a área de inteligência e defesa, colocando em risco a cooperação com empresas norte-americanas.

3.3 5G: DECISÃO ESTRATÉGICA

Em 2020, o governo brasileiro deverá tomar decisão altamente estratégica, com profunda repercussão na vida das pessoas e no setor produtivo. Refiro-me à licitação da rede 5G para todo o país e à participação da empresa chinesa Huawei, que dispõe de equipamentos de alta qualidade e de baixo custo, quando comparados com a Ericsson e a Nokia.

Visando a afastar a concorrência da empresa chinesa mais avançada do que as ocidentais, os EUA invocam questões de segurança das redes 5G da Huawei, que poderiam colocar em risco os sistemas de inteligência dos países. Essas alegações ocorrem no momento em que a própria CIA divulga informações sobre a Crypto, empresa suíça que os EUA utilizaram com esses mesmos objetivos durante décadas durante a guerra fria, inclusive no Brasil.

Apesar da oposição de Washington, a União Europeia decidiu não barrar a Huawei. Reino Unido (com restrições na participação em áreas sensíveis), Alemanha e Índia aprovaram os testes e contratos com a empresa chinesa. O governo norte-americano intensificou o lobby contra a entrada da companhia chinesa também no mercado brasileiro. Donald Trump conversou com o presidente Bolsonaro sobre o assunto, o Secretário de Comércio, Wilbur Ross, disse publicamente que o assunto é do conhecimento das autoridades brasileiras e reiterou que a vulnerabilidade das redes 5G pode afetar o sistema de segurança dos países e a cooperação com os EUA. Na mesma linha, o subsecretário para Comunicações do governo norte-americano e representantes do Comitê de Investimento Estrangeiro (CFIUS) alertaram as autoridades em Brasília que os EUA poderão reavaliar o compartilhamento de informações nas áreas de inteligência e de defesa, caso se opte pela empresa chinesa para atuar na rede móvel 5G no Brasil.

Recentemente, foram dados passos concretos para permitir a realização da licitação. O governo estabeleceu as diretrizes para o leilão da quinta geração da tecnologia de telefonia móvel com ampliação da oferta. O edital da Anatel não impôs qualquer restrição à tecnologia 5G da Huawei.

Durante recente visita à China, o presidente Bolsonaro disse que aguardaria a melhor oferta no leilão e ouviu a promessa de o Brasil receber investimentos na área de

tecnologia da informação. O Vice-Presidente Mourão disse que nosso país não tem receios em relação à segurança e que o Brasil não vetaria a participação da Huawei. O ministro Marcos Pontes afirmou que não haverá nenhum tipo de barreira à empresa chinesa. O Itamaraty estaria se opondo para evitar se contrapor a Trump. No jantar em Mar-a-Lago, no sábado, na Florida, Trump deve novamente ter feito pressão junto a Bolsonaro para o Brasil não aceitar a participação da Huawei.

A licitação da Anatel deveria ser mantida para 2020 e efetivada logo que possível. O adiamento para 2021 não mudará o dilema do governo brasileiro. O atraso na decisão tornará mais demorada a incorporação das novas tecnologias de inteligência artificial e internet das coisas, por exemplo, para a modernização da indústria brasileira. Segundo estudos da Fiesp, apenas 1,3% das indústrias podem ser consideradas como 4.0, o que demonstra nosso atraso tecnológico nesse setor.

Difícilmente os EUA retaliarão o Brasil pela decisão que for tomada. Diferente do Reino Unido e da Alemanha, o Brasil não participa de qualquer rede de inteligência e não tem acesso a informações privilegiadas dos EUA. Por outro lado, o Brasil poderá ser afetado, caso a China decida reorientar suas importações de produtos agrícolas nacionais.

Dada a importância da tecnológica 5G para economias emergentes, como a do Brasil, o governo não pode deixar de examinar essa questão do exclusivo ponto de vista do interesse nacional e com visão estratégica de médio e longo prazo. A aproximação com Trump e a visão ideológica não deveriam influir em uma decisão que afetará o futuro do país.

A disputa EUA-China colocará o Brasil em outros dilemas no futuro e a melhor atitude seria, desde o início, manter uma posição de equidistância das duas superpotências e colocar os interesses brasileiros em primeiro lugar.

3.4 O IMPACTO GEOPOLÍTICO DO CORONAVÍRUS

A epidemia do coronavírus – a pior dos últimos cem anos – terá profundas consequências sobre um mundo globalizado, sem lideranças alinhadas e pouco solidárias entre si. O impacto econômico e social vai ser profundo, com o custo recaindo nos mais pobres, fracos e idosos e em países menos preparados e desenvolvidos.

Os efeitos sobre os países e sobre a economia global estão sendo sentidos e deverão se agravar antes de melhorar.

Como a geopolítica global poderá ficar afetada pela epidemia? O que poderá mudar no cenário global?

Duas observações iniciais. A crise atual mostrou que as fronteiras nacionais desapareceram com as facilidades do transporte aéreo e o imediatismo das comunicações. E que as políticas econômicas domésticas estão intimamente influenciadas pelo que ocorre no resto do mundo. Nenhum país ou continente é uma ilha. Por outro lado, a extensão e a repercussão da crise, em larga medida, deriva do peso da China na eco-

nomia global. No início da década de 2020, quando ocorreu a SARS, o país representava 4% da economia global; hoje representa 17%. A China é a segunda economia mundial, o maior importador e exportador do mundo e, para culminar, se transformou em um centro de suprimento de produtos industriais para as cadeias globais de valor.

Quais as consequências na relação entre os EUA e a China, as duas superpotências atuais? Nos últimos anos, cresceu a competição entre os dois países pela hegemonia global no século XXI. Os EUA, ao se isolarem e ampliarem ações confrontacionistas, protecionistas, nacionalistas e xenófobas, dificultam a interdependência entre os países, como ocorre com a globalização. Enquanto os EUA apontam a China como adversária estratégica e criticam o governo pela condução da epidemia (vírus chinês), Beijing, ao invés de fechar as fronteiras como fez Washington, favorece a abertura e a ampliação do comércio externo e manda médicos e equipamentos para a Itália, Espanha e Brasil a fim de ajudar a combater o coronavírus. A guerra fria econômica, a nova fase da confrontação, evidencia-se pela iniciativa chinesa da Rota da Seda, pela competição nas redes 5G, e por conflitos sobre propriedade intelectual e inovações tecnológicas. A pandemia poderá também ter um efeito relevante no cenário interno dos dois países com consequências geopolíticas. Xi Jim Ping disse que caso a epidemia se prolongasse haveria o risco de estabilidade econômica e social no país. A maneira como, de início, Trump conduziu a crise epidêmica em seu país foi muito criticada e sua popularidade caiu. As prévias do partido Democrata veem definindo Joe Biden como o candidato contra Trump com o apoio do centro moderado. Caso essa tendência se firme, pela primeira vez seria possível pensar numa derrota do atual presidente. O resultado da eleição em novembro poderá ter efeitos importantes sobre a geopolítica global caso haja uma mudança da atitude do governo de Washington em relação ao mundo.

Outra questão é como países e empresas reagirão para reduzir sua dependência do mercado e da produção de partes e componentes chineses nas cadeias produtivas. A tendência poderá ser uma gradual redução dessa dependência e alguns países mais preparados e organizados, como o Vietnã e alguns outros países asiáticos, poderão sair ganhando com investimentos para substituir a China. A médio prazo, a projeção externa das grandes economias vai depender de sua base produtiva nacional e de sua competitividade.

A estabilidade política e econômica global poderá ser significativamente afetada pela vigilância biométrica, que poderá vir a ser implantada para evitar epidemias futuras. A preocupação com a saúde poderá levar à invasão da privacidade, com possíveis reflexos em políticas totalitárias. Quanto à dramática queda do crescimento dos EUA e da China, as projeções apontam para uma redução nos EUA de 4% no primeiro trimestre e 14% no segundo. Para a China, as estimativas de crescimento não são maiores de 3,5% para 2020. Caso os EUA entrem em recessão e as projeções sobre a China se confirmem, não se pode afastar a possibilidade de recessão e, no pior cenário, de uma depressão, talvez mais dramática do que a de 1929, por não ficar limitada ao setor financeiro. Como os países emergentes, produtores agrícolas, sairão de um cenário tão dramático como esse?

A Europa está debilitada pela saída do Reino Unido e viu a situação humanitária, social e econômica agravada pela crise em alguns países, como a Itália e a Espanha. Em um cenário dramático como o atual, é possível prever que o continente sairá com seu poder relativo diminuído.

O Brasil, uma das dez maiores economias do mundo, terá que se ajustar rapidamente à nova geopolítica global, sob pena de perder mais uma vez a oportunidade de projetar-se como uma potência média em ascensão.

Em outros momentos da história, movimentos tectônicos transformaram o equilíbrio de poder entre as nações e os rumos da economia. O mundo pós-coronavírus deverá emergir com novas prioridades e com um novo cenário geopolítico, com a Ásia – em especial a China – melhor posicionada para ocupar um crescente espaço político e econômico.

3.5 VISÕES DE FUTURO: CHINA E BRASIL

A Quinta Sessão Plenária do 19º Comitê Central do Partido Comunista da China (PCCh), concluída em 29 de outubro, apresentou as linhas gerais do 14º Plano Quinquenal econômico e social do país (2021-25). O Plano Quinquenal registra os objetivos gerais para os próximos cinco anos e, além disso, estabelece o planejamento a médio prazo, até 2035. Mantendo a retórica de “paz e desenvolvimento”, o PCCh traçou as principais linhas estratégicas levando em conta, sobretudo, a crescente competição global. Os documentos indicam que as lideranças do Partido, refletindo as incertezas no cenário global, buscaram mudanças em três áreas: fortalecimento da economia, autossuficiência em tecnologia e mudança de clima.

Na sua visão de futuro, os líderes chineses abandonam a ênfase no crescimento econômico com o aumento do PIB e passam a focar “o aumento significativo no poderio econômico e tecnológico” do país até 2035, com foco em questões estruturais e qualidade de vida. O comunicado final do Plenário do Congresso não fixa uma taxa de crescimento para 2035 e menciona somente o objetivo de alcançar, “em termos de PIB per capita, o nível de países moderadamente desenvolvidos”. Manter o foco no crescimento faz sentido para a China em um momento de crescente competição entre grandes potências, que o comunicado, em outras palavras, denomina de “profundos ajustes no equilíbrio de poder internacional”. Uma economia forte vai “assegurar que a China tenha recursos necessários para a defesa nacional e a pesquisa científica” e para a expansão de seus interesses globais. Em vista da gravidade da crise pandêmica, a China teve de adiar o projeto da Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*), uma forma de projetar seu poderio econômico além fronteira.

As sanções dos EUA e as restrições à venda de semicondutores para empresas chinesas motivaram mudanças na atitude da liderança do PCCh no tocante à dependência de tecnologia do exterior. As vulnerabilidades da China foram exploradas geopoliticamente pelos EUA, apesar dos custos econômicos e a oposição de parte da indústria norte-americana. O Plenário do Partido afirmou que “autossuficiência em

ciência e tecnologia é um pilar estratégico do desenvolvimento nacional” e demandou que “importantes avanços sejam conseguidos em tecnologias críticas” para que a China se torne “líder global em inovação”. Essa diretriz, já estava presente nas medidas tomadas para o avanço na política industrial “*Made in China 2025*”, com resultados concretos em várias áreas, entre as quais o país já mostra significativa liderança global: tecnologia 5G e 6G e inteligência artificial.

A liderança chinesa passou a ver na política ambiental e de mudança de clima uma forma de ganhar prestígio global e de obter benefícios econômicos. A proteção ambiental tem sido uma prioridade crescente para as autoridades chinesas nos fóruns internacionais. Em setembro passado, nas Nações Unidas, Xi Jinping anunciou que a China fixou a meta de o pico das emissões de gás carbono ser alcançado em 2030 e que a de emissão zero será obtida em 2060. Embora ambiciosos, esses objetivos indicam a participação cada vez mais intensa da China nas discussões sobre políticas ambientais, com potenciais reflexos sobre outros países.

Enquanto a China faz seu sólido planejamento com visão de futuro, o Brasil mantém uma atitude preocupante em termos de planejamento de médio e longo prazo. O FMI projeta uma queda de perto de 5% em 2020 e um crescimento de mais de 4% em 2021, apesar de estimativas de analistas econômicos de que as questões fiscais, a ausência de reformas, a queda no crescimento do comércio exterior e nos investimentos externos não prenunciam uma saída em V, como repetido pelo ministro da Economia. Por outro lado, o baixo crescimento da economia nos últimos anos, agravado pela pandemia, fez com que o Brasil tenha deixado de ser uma das dez maiores economias globais, segundo o IBRE/FGV. Em termo de PIB em dólares, neste ano, Canadá, Coreia do Sul e Rússia devem ultrapassar o Brasil que cairá para a 12ª posição.

A preocupação aumenta quando se verifica não haver um plano claro na saída da crise atual, nem prioridades para avanços econômicos, sociais e tecnológicos. Sem maior discussão, o governo editou decreto que institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031, com cinco eixos: econômico, institucional infraestrutura, ambiental e social. Trata-se de uma medida tímida, que vai na direção correta. O Congresso e a sociedade civil deveriam ser chamados a participar da análise e discussão dessa estratégia. Dois aspectos chamam a atenção no documento do governo federal: a ausência de uma clara prioridade para a inovação e a tecnologia e de metas claras no eixo ambiental no tocante à preservação da floresta amazônica e à mudança de clima.

China, Europa, Japão e EUA (com Biden), no atual cenário internacional, colocam mudança de clima e tecnologia como objetivos centrais, como ficou evidente na reunião do G20 no final da semana. Quando o Brasil vai se juntar a eles?

3.6 O BRASIL ENTRE OS EUA E A CHINA

O presidente Bolsonaro deverá tomar, no início do próximo ano, talvez a mais importante decisão estratégica de seus quatro anos de governo. Isso pelo impacto que

terá sobre a modernização ou ao atraso do Brasil. Trata-se da definição da tecnologia do 5G.

Alinhado a Washington, o Itamaraty assinou documento favorável a uma rede limpa (*clean network*), que, em última análise, apoia a política dos EUA – sem comprometer-se – contra a tecnologia chinesa por alegada vulnerabilidade no controle de informações. Alto funcionário norte-americano manteve contatos oficiais com o governo brasileiro, mas não conseguiu encontrar-se com representantes da indústria de telecomunicações diretamente interessadas no leilão da Anatel e na aquisição da tecnologia do 5G.

Nos últimos dias, surgiram notícias de que as operadoras brasileiras saíram em defesa do livre mercado e da não exclusão de qualquer empresa. A Conexis Brasil Digital, associação que representa as empresas do setor, pediu publicamente transparência nas discussões. Ao afirmar que sabe como lidar com eventuais questões de segurança cibernética, reclama não ter sido chamada a participar das conversações.

A área técnica da Anatel definiu a proposta de edital de licitação sem nenhuma restrição à empresa chinesa. A decisão, contudo, deve ser política, pelas pressões de Washington. Recentemente começou a circular a informação de que o governo já admitiria rever o veto à Huawei, com algum tipo de limitação, como comentou ontem o

vice-presidente Mourão. Caso não haja restrições, a bem-vinda evolução do governo será resultado da ação do setor privado alertando para a grande presença chinesa na infraestrutura de 3G e 4G, para o custo envolvido caso tenha de ser substituída e também para o atraso na implantação da nova tecnologia que poderia prejudicar a modernização da indústria. Se essa nova tendência se concretize, será uma manifestação de bom senso do governo que estaria levando em conta os interesses mais amplos da economia, das empresas e dos consumidores nacionais.

Nesse contexto, é relevante mencionar que, na semana passada, a embaixada chinesa na Austrália divulgou uma lista de 14 queixas contra declarações públicas “inamistosas e antagônicas”, de autoridades australianas contra a China, incluindo a decisão de eliminar a Huawei da licitação para participar da rede 5G. Declarando que a China está furiosa, os diplomatas – seguramente seguindo instruções de Beijing – responderam a essas críticas com a ameaça de consequências econômicas contra a Austrália. A recente troca de acusações públicas entre o Itamaraty e a embaixada da China em Brasília aumenta a lista (já grande) de críticas e acusações de altas autoridades do atual governo brasileiro ao país asiático, a seu regime político e à questão do 5G.

A China compra cerca de 1/3 das exportações australianas. Segundo notícia do *Financial Times*, a China, nos últimos dias, tornou concreta essa ameaça e impôs tarifas à exportação de cevada, restringiu a importação de carne bovina, suspendeu a importação de carvão, por considerações ambientais, e aplicou medidas antidumping contra o vinho. Do lado brasileiro é crescente a dependência brasileira do mercado chinês que importa 34% do total das exportações brasileiras. Nos últimos anos, a China se tornou o segundo maior investidor externo no Brasil, depois dos EUA.

As sucessivas crises podem afetar interesses nacionais concretos. Cada vez mais confiante, a China está deixando de lado a política de “harmonia” no cenário internacional e está passando a defender seus interesses, como uma superpotência. Sem abandonar a tentativa de contenção da China na área comercial e tecnológica, o governo Biden em Washington deverá procurar um *modus vivendi* menos confrontacionista com Beijing. Caso isso ocorra, é possível que o acordo comercial, negociado no início do ano, por Trump, entre em vigor com forte aumento de compras de produtos agrícolas (soja e milho) dos EUA, o que terá efeito sobre o Brasil. Por outro lado, a China está procurando diversificar suas fontes de suprimento na área de alimentos para não ficar refém dos EUA e do Brasil. Nesse sentido, está cooperando com a Rússia e a Tanzânia para o plantio de soja e está desenvolvendo joint ventures na Argentina para produção de carne suína. A percepção de que o Brasil será sempre um grande fornecedor de produtos agrícolas e de carne para a China tem de ser qualificada por essa nova estratégia para reduzir a dependência de poucos países em produtos tão essenciais para a população chinesa.

O Brasil deveria evitar colocar-se no meio da disputa entre as duas superpotências, pois não tem as condicionantes geopolíticas de outros países, como a Austrália, alinhada à política externa dos EUA em questões que vão do Mar do Sul da China até de investimentos, 5G e COVID-19. Acima de ideologia e de geopolítica, a decisão sobre o 5G deveria ser técnica. Na disputa, que apenas começa, entre os EUA e a China – dois dos principais parceiros do Brasil – deveria prevalecer uma prudente equidistância para que seja dado apoio a um ou outro em questões concretas, segundo o interesse nacional.

3.7 FATO NOVO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

No meio da crise entre a Rússia e a Ucrânia, no início de fevereiro, depois de encontro Putin-Xi Jinping, os governos da Rússia e da China divulgaram longo comunicado que constitui um fato novo na ordem internacional e no desenvolvimento sustentável global. Nesse contexto, ressaltam a emergência de uma nova era, que deveria ser consolidada, evitando-se o estímulo à divisão da comunidade internacional.

Na visão da segunda maior potência global (China) e do segundo país com maior capacidade nuclear (Rússia), a ordem internacional passa por profundas transformações, tornou-se multipolar, com a redistribuição de poder no mundo, o que justificaria uma interação e uma interdependência entre os países, e não o incitamento às contradições e ações unilaterais. Por isso, pedem o reconhecimento dessa nova fase, cuja principal referência seriam as Nações Unidas e o Conselho de Segurança da ONU.

O documento afirma que os dois países decidiram formar uma inédita aliança política, militar, energética, tecnológica sem limites, sem nenhuma área proibida de cooperação. Rússia e China demandam uma nova forma de relação entre as potências mundiais, baseada em respeito mútuo, coexistência pacífica e cooperação benéfica para todos. O lado chinês apoiou as propostas apresentadas pela Rússia para criar um

sistema de garantias de segurança de longo prazo na Europa, legalmente obrigatório. Integridade territorial e soberania emergem como conceitos basilares, junto com a necessidade de segurança em áreas adjacentes, o que significa a não expansão militar da OTAN para os países que fazem fronteira com a Rússia e a não entrada da Ucrânia na OTAN, mas também o respeito ao princípio de Uma Única China, em relação à Taiwan e à crítica ao acordo militar na região Indo-Pacífico.

Essa nova visão de mundo não implica na destruição e refundação da ordem global, como estabelecida depois de 1945, mas com Rússia e China mais ativas dentro do sistema vigente.

Nesse sentido:

- Coincidem com a defesa da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável, inclusive no Ártico, do meio ambiente, dos avanços tecnológicos e respostas aos desafios da segurança internacional.

- Defendem a democracia e os direitos humanos, como aplicados por eles e rejeitam o uso desses princípios, segundo critérios ocidentais para exercer pressão em outros países.

- Notam, no tocante ao desarmamento, que a denúncia pelos EUA de importantes acordos de controle de armamentos teve um forte impacto negativo no tocante à segurança e à estabilidade internacional e regional. A saída dos EUA do Tratado sobre a Eliminação de Mísseis de Médio e de Pequeno Alcance, enquanto Washington desenvolve pesquisa para aperfeiçoamento desses mesmos mísseis e tem intenção de enviá-los para regiões da Ásia-Pacífico e Europa são preocupantes. Demonstram preocupação com o avanço de planos para desenvolver sistemas globais de defesa de mísseis e instalá-los em várias regiões do mundo, junto com armas nucleares de alta precisão para evitar ataques e outros objetivos estratégicos.

- Reforçam a importância do uso pacífico do espaço exterior e demandam um papel central para o Comitê da ONU sobre Usos Pacíficos do Espaço Exterior para promover a cooperação, manutenção o desenvolvimento de legislação internacional sobre o espaço e a regulamentação do campo das atividades espaciais para evitar que o espaço exterior se torne um campo de confrontação armada e reiteram sua intenção de evitar o armamentismo e uma corrida armamentista no espaço.

- Apoiam e consideram pilares da paz e segurança a preservação da Convenção de Armas Químicas e a Convenção sobre a proibição do desenvolvimento, produção e estocagem de armas bacteriológicas e tóxicas e demandam sua destruição.

- A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, prejudicada pela pandemia, deveria ser reativada para que a nova fase do desenvolvimento global seja definida pelo equilíbrio, harmonia e inclusão.

O documento faz expressiva referência ao BRICS. Rússia e China afirmam que apoiam o aprofundamento da parceria estratégica com o BRICS, com a promoção e a expansão de cooperação em quatro áreas: política, segurança, economia e finanças e apoio humanitário. Nesse particular, pretendem encorajar a interação entre os mem-

bros do grupo nos campos da saúde pública, economia digital, ciência, inovação e tecnologia, incluindo inteligência artificial, além da crescente coordenação entre os países membros do BRICS nas plataformas internacionais. O grupo vai fortalecer o formato de convites para outros países participarem como convidados, como um mecanismo efetivo de diálogo com associações e organizações de integração regional de países em desenvolvimento e países com mercados emergentes.

É muito cedo para arriscar prognósticos sobre seu impacto, mas a aliança estratégica, sem limites entre a China e a Rússia, pelo peso político e econômico desses países, poderá ser um marco na geopolítica global, por deixar explícita a visão do fim da hegemonia dos EUA e a afirmação de um mundo multipolar alternativo. O Brasil não vai poder deixar de se posicionar face a essa nova realidade, sobretudo em função da referência ao papel do BRICS.

3.8 5G E O INTERESSE NACIONAL

Segundo a informação disponível, o governo ainda não decidiu se mantém ou se vai adiar para 2021 a licitação para a quinta geração das redes celulares, a 5G. Essa decisão é de grande interesse para os setores industrial, pelo salto de qualidade e produtividade que propiciará e agrícola, pelo incremento da conectividade no campo.

Independentemente dessa licitação, será importante a Anatel aprovar estudos técnicos em curso e reservar o espectro exclusivo do 5G para redes privadas. A demanda existente é por frequência licenciada e tecnologias padronizadas por empresas, sem precisar pagar pela outorga. Em seguida, a Anatel deveria estabelecer um regulamento para sua aplicação, o mais rapidamente possível, pois, permitirá que as redes privadas possam conviver com outros serviços, sem interferências prejudiciais.

O assunto é da maior relevância para o Brasil. O atraso na decisão tornará mais demorada a incorporação das novas tecnologias de inteligência artificial, internet das coisas, por exemplo, para a modernização da indústria brasileira. Segundo estudos da Fiesp, menos de 2% das indústrias podem ser consideradas como 4.0.

Não é segredo para ninguém a pressão que os EUA estão exercendo sobre todos os países para evitar a aquisição da tecnologia chinesa, no contexto da crise entre Washington e Beijing pela hegemonia global no século XXI. A China é vista hoje pelo *establishment* norte-americano como adversária no campo comercial, tecnológico, de saúde e militar. Essa confrontação tenderá a crescer e a forçar muitos governos a tomar partido de um ou outro lado. Essa opção está sendo rejeitada por muitos países do sudeste da Ásia e da Europa. O Reino Unido, que mudou de posição por insistência de Trump, informalmente, deixou a China saber que, no caso da vitória de Biden nos EUA, a decisão contra a tecnologia chinesa poderia ser revertida. Alemanha e França, por exemplo, resistem até aqui. Na briga pelo 5G, a China ameaça proibir a importação de componentes pela Ericson e Nokia – alternativas de fornecedores no caso do Brasil – o que poderia atrasar ainda mais a implantação da nova tecnologia. Na realidade, os EUA querem impedir a China de fazer com a tecnologia o que o governo americano faz com o resto do mundo com o controle do sistema financeiro.

Como uma das dez maiores economias do mundo e um dos três maiores produtores agrícolas e de alimentos, o Brasil tem interesses muito bem definidos a defender (33% da exportação agrícola vai para o mercado chinês). Não há coerência em recusar críticas e pressões internacionais em relação à política ambiental para a Amazônia alegando interesses geopolíticos ou comerciais e protecionistas e aceitar as pressões com as mesmas justificativas, no tocante à aquisição da tecnologia 5G. Além do que haveria risco de judicializar a licitação pela utilização de critérios subjetivos que eliminariam a livre competição e os melhores preços e qualidade do produto.

Não é de nosso interesse trazer para a América do Sul o conflito geopolítico, como aparentemente indicam algumas atitudes do governo americano para conter a crescente presença chinesa na região. Contra toda a praxe das últimas décadas, Washington quer ocupar a presidência do BID, contra a vez do candidato do Brasil, com a provável intenção de poder pressionar financeiramente os países da região para se posicionar contra a expansão da China, hoje o principal, segundo ou terceiro parceiro comercial de todos os países da região.

Do ponto de vista da política externa, o adiamento não mudará o dilema do governo brasileiro em ter de optar entre os EUA e a China. A disputa EUA-China pela hegemonia tecnológica global colocará o Brasil diante de outras decisões em que, no futuro, terá de escolher a melhor opção. A atitude mais sensata seria, desde o início, manter uma posição de equidistância das duas superpotências e colocar os interesses brasileiros acima de alinhamentos negativos ao Brasil.

Difícilmente os EUA retaliarão o Brasil pela decisão que for tomada. Ao contrário do Reino Unido e da Alemanha, o Brasil não participa de qualquer rede de inteligência e não tem acesso a informações privilegiadas dos EUA. A decisão negativa no tocante ao 5G, somada ao recente apoio brasileiro para a proposta dos EUA que, na prática, pede a exclusão da China da OMC, poderão acarretar sérias consequências econômicas e comerciais para o Brasil.

Na defesa do interesse nacional, se há temor de que poderia haver risco de segurança na proteção de dados, condições e padrões de segurança deveriam ser colocados com o maior grau de exigência para todas as companhias, como estão fazendo outros países. O leilão, como acentuado pelas mais altas autoridades governamentais, deveria ser aberto para as empresas interessadas, sem qualquer restrição e levando em consideração as condições de mercado.

O Ministro Fábio Faria, das Comunicações, entra para o governo com a responsabilidade de encaminhar, junto com outros ministérios, ao presidente Bolsonaro talvez a mais importante decisão estratégica do atual governo. Esperemos que com menos ideologia e geopolítica e com mais afirmação de que o Brasil vem em primeiro lugar.

3.9 URÂNIO, TERRAS RARAS E RADIOISÓTOPOS

Há um ano atrás, em seu discurso de posse, o ministro de Minas e Energia, Almirante Bento Albuquerque, que tão bem conhece o setor nuclear brasileiro, disse que o

atual governo pretende “estabelecer um diálogo objetivo, desarmado e pragmático com a sociedade e com o mercado sobre o programa nuclear, fonte estratégica da matriz energética brasileira. O Brasil não pode se entregar ao preconceito e à desinformação desperdiçando duas vantagens competitivas raras que temos no cenário internacional – o domínio da tecnologia e do ciclo do combustível nuclear e a existência de grandes reservas de urânio em nosso território”.

Na pós-pandemia, a redução das vulnerabilidades nacionais vai ser um dos desafios para o governo. Levando em conta as novas circunstâncias globais e a necessidade de o Brasil ter capacidade de assegurar suprimento de suas necessidades essenciais com base na produção local, além da manutenção da política que permita o monitoramento de materiais nucleares, torna-se urgente que sua exploração e comercialização sejam privatizadas.

Dadas as características estratégicas da utilização desses minérios, seria importante associar o setor privado aos trabalhos da empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB), estatal responsável pela política de lavra e comercialização do urânio e das terras raras. As restrições orçamentárias, agravadas com o esforço de reconstrução do país, certamente vão continuar a afetar a capacidade de investimento da empresa estatal. A perspectiva de aumento da produção deles será facilitada pela eventual parceria com o setor privado na exploração mineral. A solução dessa dificuldade vem sendo buscada e uma das possibilidades é a formação de consórcio entre a INB e empresas privadas. Existe uma série de situações intermediárias onde a venda do urânio secundário extraído pela INB poderia ser lucrativa tanto para o minerador como para a estatal. A solução desse impasse não precisaria passar pela revogação do monopólio, mas provavelmente necessite de alteração na legislação.

A recessão global pós COVID-19 pode abrir uma janela de oportunidades. A retomada da economia global e o gradual retorno do mercado externo representarão incentivos para o investimento privado. O Brasil possui a segunda maior reserva global de terras raras, considerado mineral estratégico, e a sexta maior em urânio, embora ainda o importemos para o abastecimento das duas usinas nucleares em funcionamento. Além desse minério, a demanda global por terras raras para diversificar as fontes de seu suprimento coloca o Brasil em posição privilegiada, não só para atrair novas tecnologias, como também para participar de um promissor mercado externo para o urânio enriquecido. O interesse externo sobre as reservas brasileiras é grande. Impõe-se a aprovação de regras claras de longo prazo que defendam o interesse nacional e possam atrair investimento para a exploração dessa riqueza.

Outro setor que merece o idêntico interesse é o da utilização da tecnologia nuclear na saúde. A especialidade denominada de Medicina Nuclear, responsável por milhares de diagnósticos que mudam a perspectiva e a conduta clínica de pacientes oncológicos, cardiológicos e mesmo neurológicos e que recentemente começou a dar importante contribuição no tratamento de pacientes oncológicos, com soluções mais adequadas para os casos de metástase do câncer de próstata, por exemplo. A produção e a comercialização de uma série de radioisótopos essenciais à medicina nuclear continuam sob o monopólio da União e sob dois órgãos, o IPEN e o IEN, autorizados a

produzir para uso médico todos os demais radioisótopos. O ideal seria universalizar a oferta dos procedimentos da medicina nuclear de forma a permitir que agentes privados possam produzir e comercializar os radioisótopos de uso médico, com o controle da CNEN.

O Congresso deveria examinar com urgência a flexibilização do monopólio para a produção de radiofármacos. A Constituição prevê no artigo 21, XXIII, b) a autorização para a comercialização e utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais. A produção e o desenvolvimento de radiofármacos no Brasil está longe de atender adequada e rapidamente a medicina nuclear com prejuízo da população, seja na distribuição, seja na oferta de novos produtos. A flexibilização do monopólio, entre outras vantagens e benefícios, favorece maior desenvolvimento de novos radiofármacos, resolve o conflito de atribuições da CNEN que vem historicamente questionando a questão da produção x fiscalização e permite a participação de empresa internacional como supridora regular do ⁹⁹Mo e outros radiofármacos. O Brasil pode se transformar num fornecedor importante desses insumos médicos no mercado global.

O governo Brasileiro constituiu o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, que, entre outras funções, deve analisar a conveniência de flexibilizar o monopólio da União na pesquisa e na lavra de minérios nucleares, coordenado pelo MME e ainda na produção de radiofármacos, coordenado pelo ministério da Ciência e Tecnologia, conforme previsto na PEC 517/2010.

3.10 VULNERABILIDADES E OPORTUNIDADES

A pandemia e, agora, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia expuseram de forma dramática as vulnerabilidades de todos os países em áreas sensíveis e estratégicas. A dependência da China em muitos setores da cadeia produtiva fez com que os países desenvolvidos passassem a enfrentar essa questão com novas políticas industriais para reduzir os riscos dessa situação. No caso do Brasil, a magnitude dos problemas – em especial, na economia (baixo crescimento, inflação, taxa de juros), na sociedade (desigualdade, aumento da pobreza, desemprego), na destruição da Amazônia e no isolamento e na perda de espaço do mundo – deixa para um longínquo segundo plano a questão das vulnerabilidades, que perpassa diversos setores estratégicos para a segurança alimentar e a segurança nacional.

Vou limitar o tratamento dessa matéria a dois aspectos: comércio exterior e algumas áreas estratégicas.

O comércio exterior brasileiro está acima de meio trilhão de dólares. O mercado asiático absorveu 46,4% com destaque para a China que representou 31,3%. O agronegócio representou 43%. Desse total, mais de 70% das exportações estão representadas por dois produtos de proteína vegetal (soja e milho), 87,7% em valor concentrado no mercado chinês. Essa dependência deixa o setor muito exposto às oscilações do comportamento da economia chinesa e das políticas do governo de

Beijing. Soma-se a isso a precariedade da infraestrutura e a dependência externa dos defensivos agrícolas, somados às crescentes ameaças de restrições externas. Os consumidores e cadeias de supermercados externos já começaram a boicotar produtos brasileiros, como retaliação à essa política ambiental.

O valor total das exportações brasileiras alcançou 280 bilhões de dólares em 2021. O Brasil está se tornando uma potência agrícola global, com exportações subindo a mais de 100 bilhões de dólares, porém com crescente vulnerabilidade. A euforia com os resultados nos últimos anos, sem dúvida consequência do avanço tecnológico do setor, do dinamismo dos agentes privados e da crescente demanda externa, muitas vezes deixa para segundo plano a percepção da perigosa dependência em que o Brasil está colocado. Nos últimos cinco anos, mais de 90% da soja brasileira foi exportada para a China. Há redução das compras de soja e carne pela China. O fluxo das exportações para lá poderá ser afetado pela desaceleração da economia chinesa, de um lado, e, de outro, por medidas restritivas, como o embargo à carne brasileira, que produziu uma queda de 43% no volume exportado em 2021 em relação a 2020 (a exportação de carne suína para a China caiu cerca de 50%, com os preços se reduzindo perto de 17%); e a busca de autossuficiência (meta de aumento de 25% da produção de soja até 2025) com diversificação de suas fontes de suprimento a partir da importação da África (Namíbia, Zimbábue e Golfo da Guiné) de produtos que concorrem com os brasileiros. Isso sem falar da possibilidade de implementação da primeira fase do acordo comercial com os EUA prevendo substancial incremento das compras de soja e milho no mercado americano.

No tocante às importações na área agrícola, ocorre o mesmo fenômeno: alguns produtos essenciais ao agro brasileiro são importados de poucos países, como os defensivos agrícolas originários da Rússia e de Belarus. O Brasil importa 80-85% dos fertilizantes que consome em sua produção agrícola. Cerca de 28% desse total é oriundo da Rússia e de Belarus. Essa vulnerabilidade é inaceitável pela importância do setor do agronegócio no conjunto da economia nacional. O investimento russo em plantas de produção de fertilizantes no Brasil provavelmente não deverá se materializar. A dependência externa dos defensivos agrícolas, forçou o Ministério da Agricultura a desenvolver a diplomacia dos insumos, com a viagem da então ministra Tereza Cristina à Rússia para assegurar o suprimento ao Brasil em vista das quotas de exportação estabelecidas por Moscou para fertilizantes, e a garantir o fornecimento de fosfato e potássio, pelas limitações da Belarus e China.

Um dos motivos do aumento do preço das *commodities*, segundo a FAO, foi a decisão da China de reduzir a exportação de fertilizantes para o mercado global, o que fez com que o preço desses produtos subisse mais de 300% nos últimos quatro anos. As sanções impostas pelos EUA e pela UE à Belarus, em 2021, estão afetando a exportação e o preço do potássio. Na alimentação, para dar um exemplo, o trigo, produto essencial na mesa brasileira (pães, massas, biscoitos e bolos), estratégico para a segurança alimentar, depende de 60% da importação para consumo doméstico e, desse total, 85% é originário de um único país, a Argentina. Recente relatório da FAO, da ONU, ressalta as incertezas que cercam as exportações agrícolas brasileiras, inclusive pela mudança de clima em médio e longo prazos com a desertificação da

Amazônia e suas consequências sobre a produção agrícola na região. Além disso, cresceram as incertezas globais derivadas da pandemia, da precariedade da infraestrutura e do crescente custo dos fretes marítimos.

Ameaças de sanções comerciais

Por fim, mas não menos importante, a todas essas vulnerabilidades, somam-se as crescentes ameaças de sanções comerciais, disfarçadas em restrições externas em função das preocupações globais com o meio ambiente e com a mudança do clima. As políticas ambientais do atual governo em relação aos ilícitos na Amazônia (desmatamento, queimadas e garimpo, inclusive em terras indígenas), concorde-se ou não com suas motivações, estão hoje no centro das preocupações globais, em especial, dos países europeus e dos EUA. Nessa linha, a União Europeia anunciou o exame da lei do desmatamento e a criação de taxa de carbono sobre produtos importados de países que não coíbem a destruição das florestas tropicais. Essas medidas, que muitos consideram como protecionistas, estão sendo finalizadas pelo Conselho Europeu e poderão ser contestadas na OMC, mas deverão ser implementadas, não devendo ser descartada a sua aplicação também, no futuro, pelos EUA. Por outro lado, os consumidores e cadeias de supermercados externos já começaram a boicotar produtos brasileiros, como retaliação à política ambiental amazônica.

Uma das consequências da crise bélica é a disparada dos preços de produtos agrícolas e energéticos. O mercado de trigo, por exemplo, enfrentou muitos desafios nos últimos anos, como a pandemia e agora as incertezas e imprevisibilidades geradas pelo conflito. A Rússia é o maior exportador mundial de trigo, e a Ucrânia é o 4°. Juntos são responsáveis por cerca de 30% do mercado mundial de exportação do trigo, de 210 milhões de toneladas. É inevitável que a crise da Ucrânia afete diretamente os preços do trigo em nível mundial. Estamos, novamente, vivendo um período de grandes desafios para todo o setor do trigo também no Brasil. Os efeitos negativos sobre o mercado de trigo dependerão da duração da crise bélica. Se o conflito armado se prolongar com a resistência armada da Ucrânia, continuará a suspensão dos embarques nos portos ucranianos, e os importadores concentrarão suas demandas nos demais exportadores, como Estados Unidos, Austrália, Canadá e Argentina. O mercado global de trigo, nos dois últimos anos, foi fortemente afetado por crises climáticas nos países líderes e com novos hábitos de consumo, que impactaram o posicionamento de estoques de segurança e fretes marítimos, com aumento de até três vezes em seu custo. Em relação aos preços no mercado global e no mercado interno, a tendência recente de preços elevados vai continuar.

Na indústria, pesquisas indicam que somente 10% das empresas podem ser consideradas 4.0, o que tem acarretado aumento das importações e perda de mercado externo nas manufaturas, gerando um déficit de mais de 110 milhões de dólares em 2021. A indústria de transformação caiu de 28% do PIB, em fins de 1980, para em torno de 10% no ano passado, e a participação das manufaturas nas exportações caiu de 59%, em 2000, para 27% em 2021.

Atualização da política industrial

As transformações globais estão obrigando os países a atualizar sua política industrial. A China, em 2017, com sua “made in China 2025” deu prioridade a dez setores considerados estratégicos para evitar a dependência externa e industrializar-se de forma competitiva. Mais recentemente, Alemanha, França e parcialmente os EUA adotaram políticas e incentivos para modernizar suas indústrias. Os presidentes Joe Biden e Emmanuel Macron indicaram mudança de política pela qual, em vez de depender da cadeia produtiva estrangeira, EUA e França vão buscar uma autonomia soberana, aumentando a capacidade produtiva da economia em áreas estratégicas. Tornou-se urgente a definição de uma estratégia entre o governo e o setor privado, para reindustrializar o parque nacional, o que poderia ser acelerado pela introdução de redes privadas do 5G e dos novos instrumentos da Inteligência Artificial, ao lado de políticas que tornem possível a fabricação no Brasil de produtos sensíveis, na área da saúde, por exemplo, importados do exterior de um ou dois países.

Quanto às vulnerabilidades em áreas estratégicas, podem ser lembradas, entre outras, a falta dos insumos na área da saúde, para a fabricação de vacinas (IFA), e na de mineração (terras raras, nióbio, urânio), com políticas incipientes até aqui para reduzir essa dependência externa. Na área de semicondutores, há anos desprezamos por questões burocráticas projeto da empresa Intel para instalar fábrica no Brasil. Hoje, a produção nacional é de cerca de 10% da demanda doméstica. Na Ásia e nos EUA concentram-se a maior parte da produção mundial. Medidas recentes tomadas pelo governo e pelo setor privado abrem novas perspectivas para o setor.

Na era do conhecimento, o atraso do Brasil na educação e na pesquisa e desenvolvimento se reflete em todas as áreas produtivas, com exceção do agronegócio, que se mantém atualizado nos avanços tecnológicos no campo.

Por fim, na área cibernética, o Brasil é um dos cinco países mais visados por *hackers*. Instituições governamentais, como TSE e Ministério da Saúde, foram atacados e paralisados em áreas sensíveis. Empresas privadas, desde bancos até cadeias de bens de consumo, também sofreram interferências externas. Claramente, o país não está preparado para responder a essa nova ameaça.

Oportunidades

Até aqui, foram tratados diferentes aspectos das vulnerabilidades do Brasil em consequência da pandemia e da guerra. A partir de 1º de janeiro de 2023, o novo governo poderá transformar os impactos negativos da pandemia e da guerra em oportunidades a serem desenvolvidas e aproveitadas localmente.

- Na área agrícola, o aumento da produção de fertilizantes e seus insumos, além da busca de autossuficiência no trigo, fortaleceriam ainda mais o setor e seria um reforço para a segurança alimentar. É urgente a definição de uma estratégia para o incremento da produção de insumos químicos e fertilizantes no Brasil para reduzir a dependência do mercado externo, além da definição de uma política nacional do trigo e do apoio às iniciativas que visem ao aumento da produção interna em novas áreas, como o norte do Cerrado.

• Na indústria, com a dramática queda em relação ao PIB da indústria de transformação, tornou-se urgente a definição de uma estratégia entre o governo e o setor privado, que poderia ser acelerada pela introdução de redes privadas do 5G e dos novos instrumentos da Inteligência Artificial. O exemplo da França, onde o presidente Macron defende uma autonomia soberana, isto é, a produção de insumos essenciais em algumas cadeias produtivas, como vacinas (IFAs), poderia ser adotado pelo governo brasileiro. Se uma política desse tipo fosse implementada, seria o início de um esforço para reindustrializar o parque nacional a partir de setores sensíveis. No tocante a semicondutores, outro produto estratégico, será necessário um esforço conjunto do governo com o setor privado para ampliar a produção nacional. Memorando com a Samsung da Coreia do Sul, prorrogação até 2026 do programa de desenvolvimento tecnológico da indústria de semicondutores (Padis), recursos do Ministério da Economia e do Ministério da Ciência e Tecnologia, criação de GT Interministerial sobre semicondutores e iniciativas do Itamaraty, como o seminário “A cadeia internacional de semicondutores e o Brasil” são alguns exemplos do que começa a ser feito. Não será fácil, sobretudo se a instabilidade global persistir e se o mundo voltar a dividir-se. Nesse caso poderão ser criadas restrições a produtos e tecnologia de uso *dual* com grande prejuízo para países, como o Brasil.

• Na área cibernética, empresas privadas, desde bancos até cadeias de bens de consumo sofreram interferências externas. Claramente, o país não está preparado para responder a essa nova ameaça à segurança e à proteção de dados sensíveis. Governo e empresas deveriam juntar esforços e recursos para melhorar a capacidade de defesa contra-ataques de *hackers* à segurança e de proteção de dados sensíveis, o que, como se viu em outros países, pode afetar a infraestrutura de energia e de transporte das cidades.

• Na área espacial, os programas de construção de satélites e de veículos lançadores de satélites, além da utilização do Centro de Lançamento de Alcântara, reforçariam a Base Industrial de Defesa e dariam relevância a um setor hoje secundário e com pouco investimento em que o Brasil teria todo interesse em privilegiar.

• Na área de defesa, o governo terá de definir políticas para fazer face às medidas restritivas que poderão ocorrer nos próximos meses em relação a tecnologias e produtos de uso dual, como telecomunicação, equipamentos de TI, produtos eletrônicos, chips, sensores e lasers.

• Na área da educação, a revisão da deficiência e uma nova e dinâmica política evitará a dificuldade de formação de mão de obra especializada para responder às novas formas de produção.

• Na área de comércio exterior, a diversificação de mercados e a ampliação dos produtos de exportação, sobretudo industriais e de serviços, reduzirá uma das mais sérias vulnerabilidades do país. O aproveitamento da Área de Livre Comércio na América do Sul e a liderança do Brasil no estabelecimento de cadeias produtivas na região em setores determinados poderia facilitar a integração dos países no subcontinente, reduzindo as vulnerabilidades e aproximando empresas brasileiras das dos vizinhos em seu entorno geográfico.

- Na área mineral, a redução da interferência do Estado com o fim dos monopólios estatais facilitaria a exploração de terras raras, urânio, níquel entre outros.

Um país com mais de 210 milhões de habitantes, com dimensões continentais não pode se dar ao luxo de ignorar essas e outras vulnerabilidades em áreas estratégicas, como agricultura, inovação, defesa cibernética entre outras, que poderão afetar seus interesses concretos e prejudicar seu desenvolvimento. Urge uma discussão franca entre o setor privado e o governo para a definição de estratégias de médio e longo prazos para o Brasil diversificar seus mercados externos para os produtos agrícolas e pecuários, ganhar autonomia em setores essenciais e reduzir ou eliminar a dependência externa em áreas críticas para resguardar a segurança interna do país. A maioria dos países está colocando seus interesses nacionais acima de alinhamentos automáticos com base na ideologia ou na geopolítica. Esse é o caminho mais seguro para o Brasil nos próximos meses e anos.